

O PAPEL DA REVISTA DO LIVRO NO SISTEMA POLÍTICO E SOCIAL BRASILEIRO

Prof. Dr. Claudiner Buzinaro¹ (FEMA)

...

Resumo:

A presente comunicação pretende discutir o papel que desempenhou a Revista do Livro enquanto veículo de divulgação do sistema, uma vez que a mesma surgiu com o papel específico de divulgar os trabalhos propostos pelo INL (Instituto Nacional do Livro). O INL como multiplicador das transformações por que passou o Estado ; do facismo do Estado Novo para o anti-comunismo do Regime Militar, tem seu papel inicial – de multiplicador de uma ideologia (no Estado Novo) reduzido a um mero aparelho repressivo (no Regime Militar). Portanto, resultando sua transformação em aparelho mais repressivos que ideológico. A Revista do Livro é um campo fértil para estudo do papel dos intelectuais e as transformações sociais no período.

Palavras-chave: Revista do Livro, Periódico Brasileiro, Instituto Nacional do Livro.

Introdução

A *Revista do Livro* foi criada em 1956 como porta-voz do Instituto Nacional do Livro (INL). O Instituto Nacional do Livro fora criado em 1937, durante o governo de Getúlio Vargas, tinha como projeto principal a criação da *Enciclopédia Brasileira* e o *Dicionário da Língua Nacional*, trabalho entregue a Mário de Andrade (1893 – 1945). Apesar de metade de sua existência estar sob o regime de governos ditatoriais (as ditaduras em foco são o Estado Novo e o regime militar de 1964), jamais conseguiu implantar seu projeto primordial, a *Enciclopédia* e o *Dicionário*. Com a criação do INL o Estado passaria a controlar o mercado editorial brasileiro. Com o regime de co-edição, que nem sequer fora cogitado no decreto de criação do INL e implantado durante o regime militar, muda-se a ênfase do INL, a princípio de produtor para o de subsidiador de cultura, porém mantendo os mecanismos de controle final.

Uma revista que divulgasse os trabalhos executados pelo INL era uma antiga reivindicação de seu diretor Augusto Meyer (1902 – 1970) já no governo Vargas, porém isso somente foi possível somente durante o governo de Juscelino Kubtschek.

A *Revista* propõe um caráter nacional em sua produção, porém isso não implicaria que o pensamento universal não encontrasse abrigo em suas páginas.

A grande maioria dos textos publicados na *Revista do Livro* foram editados de jornais e revistas e materiais que se encontravam dispersos em bibliotecas. Alguns são simples transcrições, outros são precedidos de estudo crítico. Esta diversidade tanto de estilo como temporal é que faz a riqueza da *Revista*.

A partir do ano de 1970 com o regime de co-edição, o próprio INL já não tinha mais a função a que se propunha, a *Revista do Livro* como veículo de divulgação do Instituto perde sua função. Nesse ano infelizmente a *Revista* deixa de circular.

Com o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o regime do Estado Novo articula uma dupla estratégia para atuação na área cultural, voltada tanto para as elites intelectuais como para as camadas populares.

O DIP estava diretamente subordinado à Presidência da República, e não ao Ministério da Justiça, e tinha como principais funções “centralizar, coordenar, orientar e supervisionar a propaganda nacional, interna e externa, além de fazer a censura do teatro, do cinema, de funções

recreativas e esportivas, da literatura, e da imprensa”. Também tinha o papel de organizar, promover, patrocinar e auxiliar manifestações cívicas e exposições demonstrativas das atividades do Governo. O DIP procurava atingir todas as camadas da sociedade, construindo uma ideologia disseminada em veículos tão variados quanto cartilhas para crianças e filmes informativos cuja projeção era obrigatória nos cinemas.

Apesar de todo o esforço, o DIP não ocupava todos os espaços da atividade cultural brasileira. A presença de Gustavo Capanema no Ministério da Educação estabeleceu uma dualidade de orientação cultural. Entre este e o DIP surgiu uma divisão de trabalhos, pela qual o primeiro dirigia a “cultura erudita”, e o segundo controlava os meios de comunicação e a cultura popular

Gustavo Capanema foi ministro da educação durante todo o governo de Getúlio Vargas, assessorado por um grupo de intelectuais ligados à vanguarda do Modernismo, do qual faziam parte Carlos Drummond de Andrade (1902 – 1987), Mário de Andrade, Rodrigo Franco de Andrade e outros. Drummond era chefe de gabinete do Ministério e deu inteira liberdade a Lúcio Costa, Oscar Niemeyer (1907 -), Portinari (1903 – 1962) e outros artistas que, a partir de 1936, trabalharam na construção e decoração da nova sede do Ministério. Atividades culturais, como o “Salão de Maio”, criado em 1937, em São Paulo, recebiam a proteção do ministro, mesmo quando expunha pintores “malditos” como Flávio de Carvalho (1899 – 1973). Bem diverso era o grupo que auxiliava Lourival Fontes. Cercado de intelectuais de pensamento centralista, entre os quais, Cassiano Ricardo (1895 – 1974) e Cândido Mota Filho (1897 – 1955), o diretor do DIP imprimiu uma orientação fortemente autoritária à atividade editorial, que era seu principal campo de ação. Ao mesmo tempo em que incentivava entre os intelectuais, a pesquisa e a reflexão, o DIP estabelecia por meio do rádio e da imprensa, um rigoroso controle das manifestações da cultura popular. Alguns projetos na área da cultura, que já estavam em andamento, foram retomados, tais como a implantação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), o Instituto Nacional do Livro (INL) e a reforma do ensino secundário, dando ênfase ao ensino profissionalizante e culminando na criação do Serviço Nacional da Indústria (SENAI) e Serviço Nacional do Comércio (SENAC). No ensino superior, a afirmação dos princípios católicos possibilitou a abertura das Faculdades Católicas que dariam origem à Pontifícia Universidade Católica (PUC). Modernizar a educação e preservar a cultura brasileira eram as metas do grupo de intelectuais que assessorava o ministro. Porém, invariavelmente esbarravam nos trâmites burocráticos e centralizadores do regime.

O rádio passa a ser um dos veículos de maior eficácia na difusão do projeto pedagógico do Estado Novo. O DIP não somente controlava a imprensa através da censura, mas também pela incorporação e lançamento de jornais e revistas a serviço do Governo. Em 1940 o governo encampa a Rádio Nacional, os jornais *A Manhã* e *A Noite* e a revista *Cultura Política*, que passam a serem porta-vozes do regime. A Rádio Nacional, que contava com uma verba substancial do governo, passa a ditar padrões de comportamento e valores, pelos seus artistas. O povo era usado como massa de manobra, manipulado pelas elites. Partindo deste princípio, o governo justifica a fiscalização nas diversas manifestações populares e até mesmo a linguagem popular era controlada. Neste caso criaram-se algumas situações curiosas, além da lista oficial de notícias proibidas, havia uma série de termos e expressões cujo emprego poderia resultar em prisão, caso da palavra “amante”, tanto no sentido da pessoa envolvida em relações amorosas como no de apreciador de algo – não se podia dizer, por exemplo, “amante da música”.

Durante o Estado Novo surgiu o “samba da legitimidade”, onde a figura do malandro passa a ser convertida na figura do operário de fábrica. Os compositores são incentivados a exaltar o trabalho, deixar a boêmia e repudiar o comunismo, como uma ameaça à nacionalidade. Somente pela força do trabalho se fortaleceria a nação e portanto o poder futuro da *raça* brasileira.

É neste contexto que foi criado o Instituto Nacional do Livro (INL), A criação do Instituto Nacional do Livro foi consequência do golpe de estado (novembro de 1937) que implantou o

Estado Novo. Para Ricardo Oiticica, o “INL era a expressão genérica da interpretação estadonovista para a ideologia republicana”.

Desde sua criação, o INL procurou cumprir sua principal finalidade, que era a de editar obras raras ou de interesse para a vida cultural do país. Porém não visava a edição indiscriminada de obras, fixando-se naquelas que, por se destinarem a um público limitado ou serem demasiado caras para um lançamento comercial, somente poderiam ser editadas pelo Instituto.

O INL contribuiu de forma decisiva para o lançamento de inúmeras obras publicadas por editores particulares, quer operando em regime de co-edição, quer adquirindo uma quantidade de exemplares que possibilitasse o seu aparecimento. Nesse sentido, graças às compras efetuadas por seu setor de aquisições, ao longo dos anos, o INL fez fortalecer o parque industrial brasileiro e permitiu o surgimento de novos valores literários.

O item *b* do decreto-lei conferia ao Instituto Nacional do Livro o poder controlador sobre as edições no país. O Estado passa por intermédio do INL a controlar o mercado editorial brasileiro.

“O *placet* do Estado conferia, de ofício, a autoridade intelectual ao INL e estatuto antológico de textos escolhidos, do verbete ao verso, da obra de referência à ficção, da reedição aos inéditos [...]” (OITICICA, 1997, p. 112). A responsabilidade controladora cabia à Seção da Enciclopédia e do Dicionário (SED), à seção de publicações e à seção de organização das bibliotecas que formavam o alicerce do INL.

Em 17 de setembro de 1939 foi criado o DIP, Departamento de Imprensa e Propaganda. Tal instituto, além de propagar a imagem do presidente, de forma que Vargas fosse adorado pelo povo, combatia a oposição, censurando-a. A partir de então o INL já não era o único órgão responsável no campo editorial no Estado Novo.

Esta confusão de conceitos cria um impasse entre o DIP e INL, já que cabia ao primeiro regulamentar toda forma de comunicação, inclusive a editorial, função esta exclusiva do segundo. Em sua atividade editorial, o DIP publica obras de cunho propagandista, como: *O Sorriso do Presidente Vargas*, *O Perfil do Presidente*, *História do Menino de São Borja*, *Getúlio Vargas para Crianças*. A função do INL se restringia, portanto, apenas a um aparato burocrático.

Augusto Meyer passa a divergir das instâncias superiores, quando nega a publicação de um livro encaminhado pelo próprio Vargas ou quando tem negado o seu projeto de criação da *Revista do Instituto Nacional do Livro*. O governo passa a fazer campanha para desacreditar o INL, que apesar disso conseguiu se manter. Porém, com a criação do DIP, as divergências vieram a se acentuar. Estas divergências resultam desfavoráveis ao INL, já que durante todo o Estado Novo publicou apenas 33 títulos. Pior ainda, no decreto original de 1937 o INL havia sido contemplado com as funções de instrumento de controle direto sobre quais livros poderiam ser legalmente publicados ou importados. Com a inércia do Instituto em cumprir suas atribuições nesse âmbito, elas foram transferidas para o DIP.

O DIP passa a fazer papel de polícia, e tinha o poder de calar os desafetos do poder.

De 1964 até o início de 1970, as atividades do INL não apresentam nenhuma interferência do regime. Somente a partir da assinatura pelo ministro Jarbas Passarinho da portaria n. 35, de 11/03/70, o Instituto sofreu um grande golpe, pois esta portaria instituiu o regime de co-edição. O governo praticamente renuncia ao seu projeto editorial e passa a subsidiar as editoras privadas, porém com total poder de veto das obras a serem publicadas. O ano de 1970 marca o acirramento do regime militar e o INL passa a ser mais um mecanismo para a repressão, não importava mais sua proposta inicial de publicar livros, mas sim divulgar os valores inerentes ao sistema.

O regime de co-edição não agilizou o processo das publicações, vindo a complicá-lo, pois somente obras que interessavam ao sistema eram publicadas. As editoras que se sujeitaram a este critério contaram com grandes verbas.

O primeiro número da *Revista do Livro* é de junho de 1956. Na apresentação da primeira edição consta o texto de abertura do então ministro da Educação e Cultura Clóvis Salgado:

A Revista do Livro, órgão oficial do Instituto Nacional do Livro, cujo primeiro número se apresenta ao público brasileiro, é mais uma manifestação dos altos propósitos do governo em contribuir para o aprimoramento da cultura nacional. Demonstra o empenho do I.N.L. em cumprir suas tarefas específicas, com o apoio e a plena confiança do Ministério da Educação e Cultura. A *Revista* será mais um veículo de difusão e um campo aberto ao debate de idéias, sugestões e planos que visem o desenvolvimento cultural do nosso povo.

A visão especializada da *Revista do Livro* lhe confere um caráter elitista, portanto contrariando a proposta de ser um veículo de democratização da cultura. Pelo nível das matérias editadas, o leitor mediano encontrará dificuldades de entendimento, visto que é necessário um vasto referencial teórico. Seu público alvo é o meio intelectual e universitário. Seu sistema de distribuição é precário, uma vez que é distribuída pelo próprio INL, portanto, não se cumprindo as previsões anteriores em que prometia vasta distribuição. Essas contradições não diminuem o brilho da *Revista*.

Referências Bibliográficas

- [1] OITICICA, Ricardo. *O Instituto Nacional do Livro. Academia Brasileira dos Rejeitados*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, PUC. 233 pp. Tese (Doutorado em Letras).
- [2] REVISTA DO LIVRO. Rio de Janeiro: INL, 1956-1970.
- [3] SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- [4] WEFFORT, F. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Autor(es)

¹ **Claudiner BUZINARO, Prof. Dr.**

Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA)

E-mail: buzinaro@femanet.com.br